Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 21 de dezembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.268
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS249



O NOVO GOVERNO E O NORTE FLUMINENSE

Esforço para aplicação do método denominado Tríplice Hélice.
Por Ranulfo Vidigal, **página 2**



FUTURO MAIS MÓVEL: AEROPONIC 2100

Fazendas verticais para distribuir alimentos ao redor do mundo.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



'FREE BRITTNEY GRINER!'

O futuro da economia mundial é 'free' e compartilhado.
Por Paulo Márcio de Mello, **página 4**

Balança baterá recorde, mas resultado tem lado negativo

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) estima que as exportações devem cair 2,3% no ano que vem, para US$ 325,162 bilhões, quase R$ 8 bilhões a menos do que o esperado para 2022. As importações também serão menores, totalizando US$ 253,229 bilhões, quase R$ 17 bilhões (ou 6,2%) a menos que as compras deste ano.

O resultado é que o superávit comercial, a diferença entre o que se vende e o que se compra lá fora, deverá alcançar US$ 71,933 bilhões em 2023, um aumento de 14,3% sobre os US$ 62,925 bilhões previstos para este ano. Ambos os valores quebrarão recordes, já que o saldo esperado em 2022 superará o recorde anterior de US$ 61,223 bilhões, apurado em 2020.

Em entrevista à Agência Brasil, o presidente-executivo da AEB, José Augusto de Castro, ressaltou que se trata de um superávit negativo, porque não gera nenhuma atividade econômica. "É um superávit negativo porque resulta de um duplo déficit e não gera nenhuma atividade econômica", disse.

Isso porque a corrente comercial – soma de exportações e importações – ficará em cerca de US$ 578 bilhões, US$ 25 bilhões a menos que em 2022. Uma corrente maior influencia positivamente a economia.

De acordo com Castro, as commodities (produtos agrícolas e minerais comercializados no mercado internacional) continuarão sendo o carro-chefe das exportações brasileiras no próximo ano, embora com possibilidade de queda das cotações no decorrer do período.

Para Castro, o câmbio flutuante permanece em patamar adequado. A taxa cambial deverá oscilar entre o piso de R$ 5 e o teto de R$ 5,70, durante 2023, influenciada por fatores políticos e econômicos internos ou externos. "Não haverá problema em relação ao câmbio, que ajuda a exportação. O custo Brasil é que tem de ser reduzido", afirmou.

O presidente-executivo da AEB acrescentou que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) para 2023, estimado entre 1,4% e 1,5%, "é um PIB baixo, que não ajuda, nem atrapalha o comércio exterior e não estimula o crescimento interno, nem gera emprego no mercado interno".

Marcelo Camargo/ABr



Haddad, futuro ministro da Fazenda, negocia alterações

Taxação de grandes fortunas será desafio na reforma tributária

Estudos mostram que fuga de fortunas é mito

A taxação de grandes fortunas deverá ser um dos principais desafios do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à frente da economia a partir de 2023. Apesar de ser uma das principais bandeiras da chapa eleita para diminuir as desigualdades dentro da política tributária brasileira, a medida poderá levar a uma evasão de investimentos para outros países, avalia o advogado especializado em Direito Empresarial Fernando Brandariz.

"Qualquer cogitação sobre esse assunto levará os residentes fiscais brasileiros a investirem em país os quais não tem o imposto sobre grandes fortunas", opina Brandariz. Ele estima que muitas famílias brasileiras deverão transferir a residência fiscal delas para outros países. "Na verdade, é possível criar até mesmo um impacto reverso no Brasil" analisa.

Não é o que mostra o artigo "Tax flight is a myth. Higher state taxes bring more revenue, not more migration" (a fuga de impostos é um mito. Impostos mais altos trazem mais receita, não mais migração), do Center on Budget and Policy Priorities.

O artigo foi citado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de um projeto de taxação (PLP 101/21) que tramita no Senado. Randolfe argumentou, ano passado, que outro artigo, "The economic consequences of major tax cuts for the rich" (as consequências econômicas de grandes cortes de impostos para os ricos), publicado pela London School of Economics and Political Science, derruba o "mito de que a redução na tributação para os mais ricos acarreta efeitos positivos para toda a economia".

A proposta de Randolfe projetava, com base em estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), "uma arrecadação da contribuição ora proposta de R$ 53,4bilhões; se considerarmos a sonegação fiscal, na ordem de 27%, esse valor ficaria em torno de R$ 38,9 bilhões".

Em 25 anos, operações no mercado de capitais brasileiro quadruplicaram

Com juros altos, renda fixa domina

As operações no mercado de capitais brasileiro quadruplicaram nos últimos 25 anos. Em 1997, foram movimentados R$ 19,3 bilhões em renda variável, renda fixa e híbridos; em 2022, este número pulou para R$ 365,2 bilhões. Por outro lado, o número de instituições participantes do mercado, que era de 92, caiu em um terço.

Os dados são da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). "Os rankings revelam uma parte da história do mercado financeiro no Brasil. Analisando a trajetória dos dados podemos visualizar momentos importantes da economia brasileira, como por exemplo a mudança no perfil das instituições e a diversidade dos instrumentos emitidos e distribuídos", avalia José Eduardo Laloni, vice-presidente da entidade.

Uma das características do mercado que pode ser analisada a partir da classificação das instituições é o volume emitido por tipo de instrumento ao longo do tempo. Nos últimos 25 anos, a movimentação dos títulos de renda fixa foi predominante em comparação às ações, sobretudo nos períodos de juros mais altos. O volume de ações ultrapassou o da renda fixa apenas entre 2007 e 2010 – exceto em 2009, quando foram sentidos os efeitos da crise financeira internacional – e em 2020, quando os juros atingiram o menor patamar da história recente.

No momento do auge dos IPOs (lançamentos primários de ações no mercado), em 2007, por exemplo, o montante emitido em ações foi três vezes maior que o dos papéis de renda fixa. Mas, a partir de 2011, a captação por meio da renda fixa foi sistematicamente maior.

COP15: Brasil presidirá grupo de países em desenvolvimento

O Brasil presidirá o grupo de países megadiversos com posições semelhantes na Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (ONU), que concentra cerca de 70% da biodiversidade global e é formado por 18 países em desenvolvimento.

De acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente, a eleição brasileira ocorreu no último dia da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, conhecida como COP15, que se encerrou nesta segunda-feira na cidade canadense de Montreal.

A Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica tem três pilares: conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Os países mais desenvolvidos defendem a conservação, priorizando objetivos ligados à criação de áreas de proteção ambiental, enquanto os países em desenvolvimento querem fortalecer os outros dois pilares, que buscam formas sustentáveis de aproveitamento de territórios com biodiversidade.

Um acordo histórico para proteger a biodiversidade foi anunciado no encerramento da COP15, na manhã desta segunda-feira.

Os países participantes concordaram em preservar um terço da natureza do planeta até 2030, além de metas para a proteção de ecossistemas vitais, como florestas tropicais e pântanos, e os direitos dos povos indígenas.

O acordo inclui deter a extinção de espécies e manter a diversidade genética.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2092
Dólar Turismo	R$ 5,4170
Euro	R$ 5,5345
Iuan	R$ 0,7470
Ouro (gr)	R$ 305,79

ÍNDICES

IGP-M	-0,56% (novembro)
	-0,97% (outubro)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

O novo governo e o Norte Fluminense

Por Ranulfo Vidigal

A recomposição das bases da acumulação de capital no Brasil e a retomada dos lucros das grandes empresas, entre 2016 e 2022, passou pelo enfraquecimento do frágil welfare state e pela perda de direitos dos trabalhadores gerando degradação da qualidade de vida, bem como desestabilização dos trabalhadores estáveis, precariedade do emprego mediante flexibilização, terceirização, trabalho parcial, além de aumento do contingente de sobrantes no mercado de trabalho. Em paralelo, a intensificação do uso da ciência trouxe aumento da produtividade do trabalho e grande desigualdade.

Essa escolha política geraria uma situação preocupante no panorama social. Por exemplo, uma desocupação nas regiões Norte-Noroeste Fluminense de 11,5% da População Economicamente Ativa; a subutilização de 20%; e a elevada informalidade de 36,9% (Pnad/IBGE-set/2022). O desafio do governo que chega é superar essa fase predatória e abrir um novo período desenvolvimentista, centrado na recuperação industrial, na distribuição da renda e no cuidado com nossa biodiversidade.

> Esforço para aplicação do método denominado Tríplice Hélice

A nova orientação macroeconômica – centrada no mercado de massas, no incremento do salário mínimo real, no acesso ao crédito, na renegociação das dívidas das famílias, nas políticas públicas sociais e no investimento em infraestrutura – vai ter impacto altamente positivo na futura geração de empregos na região, notadamente nos maiores empregadores, que são comércio, construção civil e serviços.

Na maioria dos municípios da região predomina uma política fiscal alimentada por fluxos financeiros mediante forte presença da distribuição de royalties e participações especiais da produção de petróleo, que nos últimos 20 anos irrigou de forma substancial os orçamentos dos municípios produtores. Contudo, comprovadamente, esse incremento alimentou um substancial aumento do custeio, em detrimento do investimento em incremento da infraestrutura econômica e ambiental.

Entendendo que o combate à pobreza e à desigualdade passam por uma maior dinâmica do sistema econômico, a estratégia de planejamento da ampliação da oferta de bens e serviços públicos de qualidade deve ser priorizada. Na região, alguns municípios contam com metade da população recebendo dotações federais oriundas de programas de transferência de renda, como é o caso do Auxílio Brasil.

Uma alternativa interessante para aproveitar o novo ciclo virtuoso e desenvolvimentista que se avizinha com o novo governo estaria no esforço da aplicação do método denominado Tríplice Hélice, materializada na integração entre a universidade–governo–empresa, a qual tem a responsabilidade de instituir uma estrutura de governança responsável por identificar e solucionar gargalos inibidores da competitividade regional.

Ranulfo Vidigal é economista.

Para um futuro mais móvel: Aeroponic 2100

Por Edoardo Pacelli

A proposta original do Mcheileh Studio, importante escritório de arquitetura e design com sede em Nova York e Melbourne, é usar dirigíveis convertidos em fazendas verticais ou bosques voadores para distribuir alimentos ao redor do mundo. Com esta proposta, o Mcheileh Studio conquistou o segundo lugar no concurso, de 2021, Redesign the World, da revista *Dezeen*, promovido pelo Twinmotion, o mais recente concurso que exigia novas ideias para repensar o planeta Terra, com o projeto denominado Aeroponic 2100. Porém, a proposta de Fernando Donis, a de criar novas topografias habitáveis onde a humanidade e a natureza coexistem, ganhou o primeiro lugar na competição.

Interessante é o projeto ganhador do segundo lugar, pois visa enfrentar os problemas da produção de alimentos no futuro e eliminar a poluição, o transporte ineficiente e os danos aos ecossistemas terrestres: uma verdadeira solução "do campo à mesa" em grande escala. O conceito vem da combinação de tecnologia aeroespacial e métodos de cultivo aeropônico. Uma frota de aeronaves contém espaço agrícola empilhado verticalmente para cultivo e colheita de alimentos. Os dirigíveis seriam, então, mercados móveis de alimentos que também vendem alimentos.

De fato, um dos desafios mais significativos que a raça humana enfrenta neste século é a produção e distribuição de alimentos para todos. Os métodos atuais produzem altos níveis de poluição do ar e do solo por meio do cultivo, colheita e transporte de alimentos. A pesquisa mostrou que as terras agrícolas tornam-se degradadas e menos eficientes, ao longo do tempo, devido ao uso repetitivo de pesticidas. Além disso, a insegurança alimentar está atingindo níveis de crise, em algumas partes do mundo, devido à guerra, pobreza e deslocamento de comunidades inteiras devido às mudanças climáticas.

Mas como exatamente esses dirigíveis funcionariam? Eles voariam em baixa velocidade, por cidades e vilas, enquanto conectados a um hub central, e depois se separariam e se conectariam a parques, áreas residenciais e centros de transporte de massa. O interior desses "bosques verticais" ecológicos do céu também proporcionaria espaço para encontros sociais, eventos comunitários e atividades recreativas.

Segundo os proponentes, a mobilidade é um aspecto fundamental deste conceito. A capacidade de deslocamento dos dirigíveis facilita a distribuição de alimentos diretamente onde necessário, eliminando assim a necessidade de grandes fazendas no campo e o transporte de alimentos por longas distâncias.

Os dirigíveis são completamente autossuficientes, movidos a energia solar e aproveitam a agricultura aeropônica e hidropônica, métodos de cultivo que não precisam do solo. A água da chuva é coletada da estrutura externa do navio aeroespacial, armazenada internamente e filtrada para alimentar as plantas. A água também pode ser coletada dos mares e oceanos e dessalinizada para uso. A propulsão dos dirigíveis seria alimentada por uma combinação de energia solar e eólica.

O Aeroponic 2100 pode ser implantado em qualquer lugar do mundo: de grandes cidades a ambientes desérticos remotos e inóspitos. Sua mobilidade oferece a flexibilidade de levar recursos alimentares para áreas afetadas por desastres naturais ou causados pelo homem, como regiões de terra devastadas pela guerra ou pela seca. "Os interiores climatizados dos dirigíveis são independentes das condições externas, tornando-os adequados para qualquer local e, ao mesmo tempo, protegendo as plantações de eventos climáticos extremos", dizem os líderes do projeto.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Decisões automatizadas do INSS

Por Alexandre Triches

Desde o início deste ano, as decisões do INSS nos processos de aposentadoria estão sendo fundamentadas em novo formato. Isto porque foi implantada uma rotina de automação dos requerimentos e serviços prestados aos cidadãos, a qual dispensa a atuação do servidor, ao menos em uma das etapas das análises.

É quase imperceptível para o cidadão comum. No entanto, quem analisa com maior cuidado o perfil das recentes decisões da autarquia, não apenas nas aposentadorias por tempo de contribuição e idade, mas também no salário-maternidade urbano, auxílio-inclusão e benefícios assistenciais, constata que os serviços prestados pelo INSS estão ocorrendo de acordo com regras automatizadas. Foi criada, inclusive, por norma infralegal, uma agência para desenvolver a automação: Agência da Previdência Social Unidade de Processamento Automático – Apsaut.

> Requerer aposentadoria nunca envolveu tanta responsabilidade

O que o sistema faz é aplicar regras para identificar características próprias de cada requerimento, integrando-os com as bases governamentais, para que dados essenciais sejam vinculados, habilitados e reconhecidos de forma automática: Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (Sirc) e o Sistema Único de Benefícios (SUB) são os sistemas consultados.

A análise automatizada trouxe incumbências importantes para quem pretende se aposentar. Uma delas é a necessidade de uma análise prévia dos seus dados junto ao INSS para verificar possíveis divergências. Todos os ajustes deverão ser previamente informados no requerimento, assim como devem ser apresentados os documentos para tratamento das pendências.

A "tela de vínculos e períodos trabalhados e contribuídos" – que tem a função também de um simulador – passa a integrar o requerimento e, por meio dela, o interessado deverá inserir vínculos e recolhimentos que não constam na planilha. Além disso, todos os questionamentos feitos pelo INSS, em forma de questionário, no ato do requerimento, devem ser respondidos corretamente.

A exigência automática será emitida para os casos em que a informação prestada pelo requerente, durante o protocolo, depender de documentação complementar, ou quando houver um campo incorreto. Muita atenção com as decisões automatizadas de indeferimento: nelas devem constar as relações previdenciárias do cidadão, a simulação do tempo de contribuição, a comunicação de decisão emitida e o despacho conclusivo.

Em caso de indeferimento é possível, em vez de recorrer da decisão, realizar novamente o requerimento, mesmo que antes de 30 dias. Muitas vezes o indeferimento ocorreu em razão de pequenos detalhes, sanáveis com um novo requerimento, de uma forma muito mais rápida do que com o recurso administrativo.

Requerer aposentadoria no INSS nunca envolveu tanta responsabilidade como nos dias atuais. É muito importante planejar todos os passos para não perder tempo ou atrasar o pagamento das prestações previdenciárias.

Alexandre Triches é advogado e professor universitário.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Quem deu o golpe no Peru?

Desde o primeiro minuto, os jornais reacionários da América trataram a crise no Peru como destituição após tentativa de golpe do presidente Pedro Castillo. Golpe, houve, mas Castillo foi vítima, não autor. Assim como também ocorreu com a maior parte dos seus antecessores: Alejandro Toledo, acusado de corrupção após o fim do governo, encontra-se refugiado nos EUA; Alan García se suicidou; Ollanta Humala deixou a Presidência desacreditado; Pedro Pablo Kuczynski (PPK) renunciou para escapar do impeachment; Martín Vizcarra sofreu impeachment; Manuel Merino renunciou.

Em comum, acusações de corrupção, expediente recorrente quando se foge da luta política. Que, no Peru, está em frangalhos, desde a ditadura de Alberto Fujimori (preso), que impôs uma Constituição que, entre outras barbaridades, facilita a destituição do presidente com base em uma vaga acusação de “incapacidade moral”. Anos de crise destruíram os partidos tradicionais e lançaram o Peru em sucessivas aventuras.

Pedro Castillo tentou um contragolpe para deter o movimento golpista. Contava que teria apoio das ruas e das Forças Armadas. Não contava que seu ministro da Defesa, Gustavo Bobbio, renunciasse ao cargo, tirando o apoio militar. Um dia antes, Bobbio esteve reunido com a embaixadora dos Estados Unidos, Lisa Kenna, para “abordar temas de interesse bilateral”.

Os EUA prontamente condenaram Castillo e declararam apoio à posse de sua vice, Dina Boluarte, como presidente. Os países vizinhos – Bolívia, Colômbia, Venezuela – ainda não reconheceram o governo Boluarte.

A embaixadora Lisa Kenna serviu por 9 anos como oficial da CIA. No dia em que Castillo tentou deter o golpe que se armava no Congresso, Kenna tuitou: “Os Estados Unidos instam veementemente o presidente Castillo a reverter sua tentativa de fechar o Congresso e permitir que as instituições democráticas do Peru funcionem de acordo com a Constituição.” Uma semana depois, golpe consumado, mas combatido nas ruas, a embaixadora voltou ao Twitter para dizer que tinha se encontrado com Boluarte para “reiterar o compromisso dos Estados Unidos com a defesa da democracia e o respeito às instituições”.

Boluarte, por seu lado, confirmou que esteve com Kenna, “que reiterou o total apoio de seu país às instituições democráticas do Peru e às ações do governo constitucional para estabilizar a situação social”.

Pesquisa da Ipsos revela que 85% dos peruanos defendem a antecipação das eleições. Nos protestos, 26 pessoas já foram mortas pelas forças de segurança.

Rápidas

Sesc RJ abriu seleção para 93 vagas gratuitas em Educação Infantil em Niterói e Nova Iguaçu, destinadas a crianças cuja renda familiar não ultrapasse 3 salários mínimos, tendo preferência os filhos de comerciários. Até 4 de janeiro em sescrio.org.br *** “O Mercado Brasileiro de Energia Elétrica e Energias Renováveis” é o curso online que o Ibef-Rio realizará no final de janeiro e início de fevereiro, com Osvaldo Angelim. Informações: agenda.ibefrio.org.br/curso/o-mercado-brasileiro-de-energia-eletrica-e-energias-renovaveis

Piso da enfermagem segue para promulgação

O plenário do Senado aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira, a proposta de emenda à Constituição que viabiliza pagamento do piso da enfermagem (PEC 42/2022). Na semana passada, o texto foi aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados.

Pela Lei 14.434, de 2022, os enfermeiros e enfermeiras têm direito a um piso de R$ 4.750. O valor é a referência para o cálculo dos vencimentos de técnicos (70%), auxiliares de enfermagem (50%) e das parteiras (50%).

A PEC direciona recursos do superávit financeiro de fundos públicos e do Fundo Social para financiar o piso salarial nacional da enfermagem no setor público, nas entidades filantrópicas e de prestadores de serviços com um mínimo de atendimento de 60% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Atualmente, o pagamento do piso está suspenso pelo Supremo Tribunal Federal por decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso. O ministro determinou que a União, entes públicos e privados se manifestassem sobre o impacto financeiro da medida na qualidade dos serviços prestados na rede de saúde.

À época Barroso acatou o argumento das entidades privadas de que o Legislativo e Executivo aprovaram e sancionaram o projeto sem tomar providências que viabilizariam a sua execução, como o aumento da tabela de reembolso do Sistema Único de Saúde (SUS) à rede conveniada.

Com a PEC aprovada no Senado, o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), espera ter pacificado o impasse. Na avaliação de Pacheco, o impacto do piso nacional da enfermagem para a União é muito pequeno.

O senador reconheceu, no entanto, que há um impacto severo para estados, municípios e hospitais filantrópicos, mas que a questão foi resolvida com uma série de iniciativas tomadas para compensar estados, municípios e hospitais filantrópicos para atender a decisão do Supremo Tribunal Federal e viabilizar o piso.

“Nada impede que, ao promulgarmos essa emenda à Constituição, o Supremo Tribunal Federal levante essa decisão cautelar para o estabelecimento do piso nacional da enfermagem e que, no caso da iniciativa privada, possa este Congresso Nacional examinar já com o novo governo”, ressaltou Pacheco.

Para ele, a decisão do Supremo não precisa estar atrelada à suspensão do piso nacional para todos no Brasil, inclusive para entes públicos, em função do impacto para a iniciativa privada, que, segundo ele, pode ter uma solução construída em 60, 90 dias.

Segundo Pacheco, a viabilização do piso para profissionais da iniciativa privada foi pauta de uma conversa recente entre ele e o futuro ministro da Economia, Fernando Haddad. “Ele se comprometeu, já em janeiro, a deliberar a respeito do espaço fiscal e dos recursos necessários para as medidas compensatórias para a iniciativa privada, que viriam, a princípio, por uma desoneração da folha de pagamentos. Assim como existem para 17 setores da economia nacional.”, disse Pacheco.

Presidente, ministros e parlamentares ganham aumento

Em votação relâmpago, a Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira um decreto legislativo que eleva para R$ 46,3 mil o salário para presidente da República, ministros de Estado, deputados federais e senadores. A remuneração será equiparada ao teto dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que subirão para R$ 46,3 mil com a aprovação de outro projeto.

A votação ocorreu de forma simbólica, em que os votos não são registrados nominalmente. Apenas o PSOL, o Partido Novo e alguns deputados de outras legendas se opuseram ao reajuste. Mais cedo, os deputados aprovaram regime de urgência para reajustes do Judiciário, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União.

Para virar lei, os aumentos precisam ser aprovados pelo Senado, em votação que está prevista para ocorrer nesta semana. Segundo o Congresso Nacional, as quatro propostas que elevam salários têm impacto de R$ 2,5 bilhões no Orçamento de 2023, montante que já estava previsto no projeto do Orçamento do próximo ano.

Atualmente, o teto do funcionalismo público corresponde ao salário de ministros do STF, que recebem R$ 39,2 mil. O presidente da República ganha R$ 30,9 mil por mês; e os deputados federais e senadores, R$ 33,7 mil. O projeto aprovado hoje prevê um aumento escalonado em cinco parcelas, até 2026.

Para os ministros do STF, cujo aumento está sendo discutido em outro projeto, o aumento para R$ 46,3 mil será dividido em quatro parcelas, até 2024. A última vez em que houve aumento para os ministros do STF ocorreu em 2015. Para o Congresso e a cúpula do Poder Executivo, o último reajuste salarial foi em 2014.

Salário mínimo

Em 2022, o valor do salário mínimo está em R$ 1.212. O projeto de Orçamento de 2023 prevê que o valor suba para R$ 1.302 a partir de janeiro, com base na correção apenas da inflação. No entanto,

a CUT e demais centrais sindicais reivindicam que o salário mínimo de 2023 passe dos atuais R$ 1.212 e vá para R$ 1.342. O valor considera a inflação de 5,8% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020, mesma regra usada na Política de Valorização do Salário Mínimo, proposta pelas centrais sindicais no primeiro mandato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, que foi enterrada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), em 2019.

Essa proposta das centrais vai ao encontro da promessa de campanha de Lula, nesse ano, de que, caso eleito, o piso nacional teria reajuste acima da inflação.

De acordo com estudo do Dieese sobre os impactos da elevação do salário mínimo na economia, estima-se que 56,7 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, R$ 81,2 bilhões representam o incremento de renda na economia e R$ 43,8 bilhões correspondem ao aumento na arrecadação tributária sobre o consumo.

Aeronautas entram no 2º dia de greve

Pilotos e comissários de voo entraram, nesta terça-feira, no segundo dia de greve da categoria. Os aeronautas pedem reajuste salarial pelo INPC, aumento real de 5% nos salários e melhores condições de trabalho, incluindo o respeito das folgas programadas que, na avaliação da categoria, não estão sendo cumpridas.

Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), a adesão à greve da categoria foi maior neste segundo dia consecutivo de paralisação. O movimento ocorre nos aeroportos de Congonhas (São Paulo), Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas, SP), Galeão (Rio de Janeiro), Santos Dumont (Rio de Janeiro), Confins (Belo Horizonte), Porto Alegre, Brasília e Fortaleza.

“Temos um pedido justo, um pedido plausível, obviamente falamos de recomposição inflacionária, mas falamos muito mais do que isso, falamos de respeito das aos nosso horários de folga e repouso e isso precisa ser endereçado em algum momento”, disse o presidente do SNA, Henrique Hacklaender.

A Fundação Procon-SP esclarece que, mesmo não sendo causadora dos transtornos, é dever da companhia aérea ou da agência de viagem prestar toda assistência para minimizar transtornos aos passageiros. A entidade de proteção ao consumidor recomenda que, antes de se dirigir para o aeroporto, o viajante entre em contato com a companhia aérea para verificar a situação do voo. Esta orientação também é reforçada pela Infraero.

Drogarias dos EUA limitam venda de remédios infantis

As redes de drogarias norte-americanas CVS e Walgreens estão limitando as compras de medicamentos para alívio da dor infantil em meio a um inverno “tripledêmico” de vírus respiratórios. A CVS disse em comunicado que está restringindo as compras presenciais e online de dois produtos infantis para alívio da dor.

A Walgreens também limitou as compras online de seis antifebris sem receita médica. “Devido ao aumento da demanda e a vários desafios de fornecedores, os produtos pediátricos de venda livre para reduzir a febre estão enfrentando restrições em todo o país”, disse a Walgreens em um comunicado.

A Associação de Produtos de Saúde do Consumidor dos EUA disse que as vendas de analgésicos pediátricos aumentaram 65% em relação ao mesmo período do ano passado.

O país continua tendo um aumento nas doenças respiratórias entre crianças pequenas, incluindo Covid, gripe e vírus sincicial respiratório (VSR).



EMPRESA CIDADÃ

Paulo Márcio de Mello
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)
paulomm@paulomm.pro.br

'Free Brittney Griner!'

Nem bem começou a campanha internacional "Free Brittney Griner!" pela libertação da atleta norte-americana Brittney Griner (1990; jogadora da WNBA, liga de basquete praticado por equipes femininas), em 17 de fevereiro deste ano, e, consequência de um acordo entre o Governo da Rússia e o Governo dos EUA, ocorreu a troca de prisioneiros (que fora cogitada no início da crise, descartada pela Rússia, porém).

A acusação à atleta foi baseada no fato de ela ingressar na Rússia portando óleo de haxixe, com o prenúncio da invasão da Ucrânia. Griner foi detida, julgada, condenada a nove anos de prisão por tráfico de drogas, transferida para uma das conhecidas colônias penais russas, por ingressar naquele país portando o óleo que ela utiliza sob orientação médica (com receita) para atenuar dores físicas, características da prática esportiva por atletas de alto desempenho; na Rússia não é permitido, porém.

Logo a Rússia, de Putin, barrada nos bailes de um grande número de competições internacionais, com proibição de execução do hino nacional e da bandeira do país (a exemplo da recém-encerrada Copa do Mundo de Futebol da Fifa, no Catar), pelo uso e abuso de substâncias ilícitas, através da institucionalização de um esquema amplo, criado e mantido nos gabinetes das autoridades públicas que tinham o dever de ofício de impedi-lo, conforme consta de forma detalhada no Relatório McLaren.

Na quinta-feira, 8 de dezembro, Brittney Griner foi trocada por Victor Bout, traficante internacional de armas, preso nos EUA desde 2012.

A cobra está comendo a si mesma pela cauda

A economia de mercado tem ensejado, com frequência cada vez maior, a edição de livros, manifestações, matérias jornalísticas, entre outras, com severas críticas à economia política, ou às políticas públicas econômicas, por serem portadoras de males, como exclusão, concentração, danos ambientais, superexploração do trabalho, externalização de custos, desde os enclosures ingleses, até os alunos do nobeliável Greg Mankiw, espécie de porta-voz do sistema, que abandonaram as aulas do mestre famoso, em Harvard, deixando justificativa em carta aberta (novembro de 2011), em decorrência do aleamento da realidade de vida nas suas aulas.

Entre as críticas de maior difusão, estão dois livros, sem a pretensão de esgotar a lista e reconhecendo que toda seleção contém subjetividade. O primeiro é *Free, the future of a radical price*, Editora Hyperion, onde o autor, Chris Anderson, toma por exemplo alguns serviços contemporâneos, observa o comportamento deles e conclui em resumo, que, enquanto o custo dos insumos digitais cai acentuadamente, a capacidade dos processadores dobra a cada 18 meses, fenômeno conhecido como Lei de Moore. Discos de armazenamento e redes de telecomunicações obedecem a comportamento análogo.

O autor afirma que nunca houve tantos produtos "free". Tomando por exemplo o Google, são gratuitos: buscas ao e-mail, vídeos do YouTube, processador de texto online etc. Anderson ultrapassa a faixa contínua e, com base na realidade de alguns artistas populares, cuja receita é formada principalmente pelas apresentações em espetáculos ao vivo, têm na pirataria uma aliada (citada a banda Calypso). Anderson afirma que Lei de Moore mais pirataria serão sentidos pelos mercados.

O outro livro é *The zero marginal cost society* (editora Palgrave Mcmiliar; 2014), de Jeremy Rifkin. Nele, Rifkin argumenta que o aspecto descendente, na linha do tempo, do custo marginal de produzir cada unidade do produto, como decorrência da Internet das Coisas, que constrói um novo paradigma com base nos bens comuns colaborativos.

É o prenúncio da próxima era, a era da economia de compartilhamento, que no dizer do próprio Rifkin, "a economia do compartilhamento já está mudando o modo como organizamos nossa vida econômica, oferecendo a possibilidade de reduzir drasticamente a concentração de renda, democratizar a economia global e criar uma sociedade mais ecologicamente sustentável.

Carioca terá ceia de Natal mais modesta

Com o aumento dos preços dos alimentos, do desemprego e da queda de renda familiar o carioca terá uma ceia de Natal ainda mais econômica do que a do ano passado. É o que mostra pesquisa do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) que ouviu 350 consumidores que procuraram os postos do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) nas duas primeiras semanas de dezembro.

Para 72% dos entrevistados a ceia será bem mais modesta; 20% que será igual e 6% que será mais farta. Eles apontaram o aumento dos alimentos, o desemprego e a queda da renda familiar como os fatores determinantes para uma ceia menos sortida.

Mesmo diante desse cenário 71% dos entrevistados pretendem gastar até R$ 250,00 com a ceia de Natal; 25% entre R$ 300 e R$ 400, e 4% acima de R$ 450; 70% pretendem pagar suas despesas com cartão de crédito parcelado; 24% com cartão alimentação; 6% à vista. Os produtos que deverão compor a ceia são peru/chester/frango (50%), lombo/pernil (25%), bacalhau (8%), frutas (6%), vinho/cerveja/refrigerante (10%) e 1,0% outros.

Entre a ceia de Natal e presentes 75% dos consumidores ouvidos pretendem comprometer até 15% da sua renda; 15,5% entre 16% e 25%; 4,5% acima de 35%.

Dos entrevistados 51% são do sexo masculino e 49% do sexo feminino; 51% são casados, 23% são solteiros; 13% tem união estável, 11% separados ou divorciados e 2,0% viúvos. Deles 18% tem de 18 a 35 anos; 36% de 36 e 45 anos; 29% de 46 a 55 anos; 12% de 56 a 65 anos e 5% mais de 65 anos. Entre os entrevistados 18% têm renda familiar de um salário mínimo e meio; 53% de dois a três salários mínimos; 16% recebem entre quatro e cinco salários mínimos; 7% de seis a sete salário mínimos, 4% de oito a 10 salários mínimos e 2% acima de 10 salários mínimos.

Já segundo levantamentos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e de unidades do Procon, em cidades brasileiras, o preço dos produtos da cesta de Natal mostra aumento de 8,53% em 2022, chegando custar R$ 375,96. De acordo com a Abras, o preço médio de uma cesta de Natal disparou 9,8% desde o ano passado, com um custo de R$ 294,75. Um levantamento realizado pelo Procon Recife mostrou uma variação de preço de 213,63%, no panetone gotas chocolate, por exemplo.

A Abras também divulgou que 22% dos supermercadistas projetam o mesmo patamar de vendas de 2021. Apenas 7% estão pessimistas. Essa positividade está relacionada ao aumento do consumo de carnes, previsto em 11,2%. Além disso, também há o aumento no consumo das aves natalinas e do bacalhau, carnes bovinas, lombo e outros peixes que também devem alavancar o faturamento.

O levantamento da Abras calculou os valores dos seguintes itens: aves natalinas, azeite, caixa de bombom, espumante, lombo, panetone, pernil, peru, sidra e tender. Sendo as maiores variações de preços nas regiões Sudeste (17%), Sul (12,7%) e Nordeste (12,6%), enquanto Centro-Oeste e Norte subiram 5,2% e 3,1%, respectivamente. A pesquisa divulgada pela Associação, realizou o cálculo com base em 35 produtos de amplo consumo, que inclui alimentos básicos como: leite, feijão, óleo de soja, arroz, café, entre outros. Os produtos com maior aumento no preço foram o tomate (17,79%), a cebola (13,79%), a batata (8,99%) e a farinha de mandioca (5,69%).

Já o levantamento da Fipe foi realizado com base nos dados da segunda quadrissemana de dezembro de 2021 e da quarta quadrissemana de novembro de 2022. E analisou o preço de itens mais tradicionais, como chester, peru e lombo. Os preços do peru e chester foram estimados, pois grande parte dos estabelecimentos ainda não possuírem os itens nas gôndolas. O produto da cesta de Natal que mais encareceu, segundo a Fipe, foi o panetone de frutas cristalizadas (16,28%), seguido do peru (15,22%), palmito inteiro (14,79%), atum sólido (13,94%) e espumante (13,56%). Outros itens tradicionais do Natal, consumidos durante a ceia, também ficaram mais caros: a uva (49,15%), a farofa (31,40%), o morango (24,67%), o bacalhau (15,66%) e chester (13,90%) foram os mais afetados pela inflação, na comparação com 2021.

Preços caros de produtos empurram cariocas para os piratas

Sondagem do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec-RJ), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, mostra que 48,2% dos consumidores cariocas já compraram produtos piratas nos últimos 12 meses ou em algum momento da vida. As principais razões para compra de produtos piratas, de acordo com os consumidores, são os preços mais em conta (91,4%) e porque é mais fácil de se encontrar (18,4%). O levantamento foi feito entre os dias 22 e 30 de novembro, com 722 pessoas.

Entre os 48,2%, 16,9% responderam que a razão para não comprar mais é a baixa qualidade dos produtos, enquanto 7,3% não deram uma razão específica para parar, apenas deixaram de comprar. A falta de garantia do produto foi a motivação de 3,4% dos entrevistados para não comprar mais.

Dos que compraram produtos piratas, o gasto médio da última compra ficou em R$ 59,50. Os últimos produtos mais comprados, de acordo com os entrevistados, são as roupas (32,5%), seguidas de equipamentos eletrônicos (25,3%), calçados, bolsas ou tênis (15,2%), óculos (8,3%) e CDs/DVDs com filmes, músicas e jogos (6,6%).

De acordo com o levantamento, 50,3% dos entrevistados acreditam que os impostos elevados encarecem os preços dos produtos originais. Para 18,1%, o motivo é a marca/qualidade. E para 12,6%, a margem de lucro elevada.

Outros 51,7% disseram que já se arrependeram ao adquirir algum produto pirata. Dos que tiveram experiência negativa, 94,4% afirmaram que o problema foi a baixa qualidade da mercadoria, enquanto 20% apontaram a falta de garantia e 11,7% não puderam trocar o produto; 3,3% descobriram que o produto era roubado.

Considerando todos os entrevistados, 98,6% estão cientes de que a pirataria é crime no Brasil, enquanto 78,1% acreditam que a compra de produtos piratas afeta negativamente a economia do estado; 57,8% acreditam que o consumo de mercadoria ilegal favorece o aumento da violência. Os entrevistados também apresentaram soluções para o problema da pirataria. Para 52,8%, a educação resolveria a questão. Já 46,3% acreditam no emprego como solução e 46,1% disseram que a redução da carga tributária sobre os produtos originais pode solucionar o problema. 37% afirmaram que a conscientização da população ajudaria. Porém, ninguém disse que as margens de lucros altíssimas das empresas fabricantes devem diminuir.

As pessoas consultadas também afirmaram que as campanhas educativas (51,9%), campanhas dos lojistas (29,6%) e campanhas governamentais (27,3%) são as ideais no combate ao mercado ilegal.

De acordo com a tabela do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), com dados reunidos pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), os impostos sobre itens mais buscados entre ceia, decoração e presentes podem chegar a 70% do seu valor final.

Três perguntas: a ZapSign e o mercado de assinaturas eletrônicas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a ZapSign com Getúlio Santos, CEO da startup. A ZapSign é uma ferramenta de assinatura eletrônica com validade jurídica.

Quais são as complexidades envolvidas num processo de assinatura eletrônica?

São muitas complexidades. Nós estamos dando validade para cada assinatura de um negócio específico que está sendo transacionado por uma ou centenas de partes. Temos que nos preocupar com a utilização de tecnologias de ponta, questões relacionadas à LGPD e armazenamento de documentos envolvendo múltiplas partes em diversos países.

Quando recebemos um documento, nós o "carimbamos" com um certificado digital para garantir que ele não terá o seu conteúdo alterado. Num segundo momento, o responsável pelo documento vai informar quais métodos de autenticação serão utilizados por cada um dos signatários, como uma simples assinatura em tela, podendo ter um token ou uma selfie; certificado digital ou biometria, inclusive com validação em órgão público.

Uma vez feita essa definição, a função da ferramenta é fazer com que todo o processo de coleta de assinaturas aconteça de forma assíncrona, ou seja, com as pessoas assinando em diferentes momentos. Uma vez fechado esse "envelope" com as assinaturas, ele é lacrado de forma a não ser alterado.

Um documento passa por várias etapas de forma a que no final, caso alguém fale que a assinatura não é sua ou que o documento foi alterado, nós tenhamos como fazer uma trilha de auditoria para comprovar, através de todos esses mecanismos, que o documento foi assinado de forma válida e que seu conteúdo não foi alterado, garantindo assim a sua validade jurídica.

O que faz uma empresa de assinatura eletrônica ser diferente da outra?

Antes de criarmos a ZapSign, eu e meu sócio, ambos advogados, éramos usuários robustos de ferramentas de assinatura eletrônica e sentíamos que faltava no mercado uma solução que fosse focada, principalmente, no usuário mais leigo, que é menos familiarizado com tecnologia. Por exemplo, a DocSign criou esse mercado há 15 anos, mas o seu produto é baseado no e-mail.

Nós nos questionávamos como ninguém havia criado um processo de assinatura eletrônica que tivesse um fluxo mais simples no WhatsApp, pois, às vezes, é preciso coletar a assinatura de um senhor de idade de 85 anos.

Quando a Zapsign foi concebida, ela não era o nosso projeto principal. Sua função era resolver uma dor que tínhamos, mas, enquanto estávamos criando a ferramenta, veio a pandemia. Se você pegar o Google Trends e analisar o resultado de busca por assinatura eletrônica em março de 2020, início da pandemia, vai ver que o gráfico ficou uma parede. O mundo inteiro começou a se questionar como se assinava um documento eletronicamente.

Divulgação ZapSign



Getúlio Santos

A empresa foi aberta em junho de 2020 para coletar assinaturas com baixo custo e da forma mais simples possível. Um dia, ficamos felizes pois havíamos atingido a marca de 100 usuários. Quando nos demos conta, estavam ingressando 100 usuários por dia. Quando atingimos 5 mil usuários, tivemos que deixar nossas atividades para nos dedicar à empresa, pois estávamos resolvendo as dores de várias pessoas e diante de um negócio muito grande.

A usabilidade e simplicidade na coleta de assinaturas nos permitiu ter uma gama maior de pessoas assinando documentos. Cabe mencionar que o tamanho desse mercado, que é extremamente subpenetrado, é estimado em US$ 50 bilhões no mundo.

Como se deu o processo de venda da empresa em tão pouco tempo?

Nós estávamos buscando uma empresa de validação biométrica, que fizesse a comparação de uma foto com um documento e nos dissesse se estava tudo ok. Nesse processo, conhecemos a colombiana Truora, que possui uma atuação muito forte na Colômbia e no México com foco em clientes enterprise. Ela trabalha no desenvolvimento de soluções relacionadas a KYC (Know Your Costumer) dentro do ecossistema de WhatsApp.

Quando a Truora viu que éramos uma ferramenta de assinatura eletrônica que funcionava muito bem dentro do mesmo ecossistema, com atuação no Brasil e com foco em clientes pequenos, ela percebeu que havia muitas similaridades e nos chamou para conversar. Durante as conversas, o que nos chamou a atenção foi a possibilidade de criarmos um produto global. Com isso, vendemos a ZapSign e nos tornamos acionistas da Truora.



Febraban prevê crescimento da carteira de crédito

A expectativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é de o saldo total da carteira de crédito em novembro registrar avanço de 1,5%, com bom desempenho tanto no segmento voltado às famílias quanto na carteira direcionada às empresas, marcando o 10º avanço mensal seguido no ano. Os números oficiais sobre o desempenho das operações de crédito em novembro serão divulgados pelo Banco Central no próximo dia 27.

A previsão da Febraban tem como base a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. "O crescimento do mês deverá ser influenciado pela melhora do mercado de trabalho, das transferências de recursos do governo (Auxílio Brasil) e ainda pelas promoções da Black Friday, que aumentam as vendas no varejo".

No resultado anual, o ritmo de expansão deve seguir se normalizando, com recuo de 15,8% em outubro para 15,3% em novembro, devido à elevada base de comparação e da política monetária restritiva (alta da Selic), embora em um patamar elevado, acima dos dois dígitos.

A Pesquisa de Crédito da Febraban é divulgada mensalmente como uma prévia da Nota de Política Monetária e Operações de Crédito do Banco Central e as projeções são feitas com base em dados consolidados dos principais bancos do país, que representam de 37% a 88% do saldo total do Sistema Financeiro Nacional, dependendo da linha, além de outras variáveis macroeconômicas que impactam o mercado de crédito.

"Os bons resultados obtidos na carteira nos últimos meses explicam as recentes revisões positivas nas projeções para o crescimento do crédito em 2022, que migraram para a casa dos 15%. Este será o terceiro ano seguido de forte crescimento do crédito, após altas de 15,6% e 16,3% em 2020 e 2021, respectivamente. Isso demonstra que os bancos seguiram mostrando apetite para ampliar a oferta de crédito em um ritmo importante em 2022", avalia Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

Carteiras

Em novembro, a carteira voltada às pessoas físicas deve crescer 1,6%, liderada pelas operações com recursos livres (+1,8%), puxadas especialmente pelas linhas atreladas ao consumo, como o cartão de crédito. Na carteira direcionada, o crescimento deve ficar em 1,3%. Apesar do bom resultado, o ritmo de expansão anual do crédito às famílias deve recuar para 18,7% (ante 19,7% em outubro), mas ainda em patamar bastante alto, liderando o crescimento do crédito no ano.

O crédito às empresas, por sua vez, deve se expandir 1,3% no mês, com ligeira aceleração no ritmo de expansão anual, de 10,4% para 10,6%. A carteira livre (mais 1,5%) deve ser favorecida pela sazonalidade positiva das linhas de fluxo de caixa e pelas compras de final de ano, enquanto a carteira direcionada (mais 1%) deve seguir impulsionada pelos programas públicos.

Concessões

De acordo com a Pesquisa Especial de Crédito, as concessões devem crescer 3,8% em novembro, mantendo o volume acima dos R$ 500 bilhões mensais, um valor historicamente alto, mesmo quando corrigido pela inflação. No acumulado em 12 meses, o volume deve permanecer elevado, com expansão de 22,1% (ligeira desaceleração ante outubro, quando ficou em 23,2%), sinalizando que a injeção de crédito na economia tem se mantido expressiva, mesmo sob condições financeiras restritivas.

As operações com recursos livres deverão ser o destaque do mês, com alta de 5,8%, impulsionadas pelas compras de final de ano, impactando positivamente tanto a carteira pessoa física quanto a carteira pessoa jurídica.

Já as operações com recursos direcionados devem mostrar uma retração importante (-10,2%), novamente refletindo a acomodação do volume de desembolsos relacionados aos programas públicos de crédito, tanto para pessoa jurídica (Pronampe e PEAC-FGI), quanto para a pessoa física (Plano Safra), após atingiram o pico nos meses anteriores.

Consórcio Aegea leva Corsan por R$ 4,15 bilhões

Leilão de 630 milhões de ações se realizou na B3

Foi realizado ontem, na B3, o leilão promovido pelo Governo do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), para a alienação de ações da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

O leilão foi realizado em lote único, que englobava 630,05 milhões de ações de propriedade do Estado, com lance mínimo de R$ 4,15 bilhões. O consórcio Aegea, representado pela corretora Necton Investimentos, foi o vencedor do leilão com uma proposta de R$ 4,15 bilhões.

A Corsan, sediada em Porto Alegre, era uma sociedade de economia mista, de capital aberto, cujo controle acionário era exercido pelo Estado do Rio Grande do Sul. A companhia atua em 317 municípios por meio da realização de estudos, projetos, construções, operações, exploração e ampliação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.

"A decisão de privatização veio em razão do marco legal de saneamento, da necessidade de universalização nos próximos 10 anos. Em julho deste ano, trocamos a modelagem inicial, deixando para trás a oferta de ações e optando pela alienação integral, que se concretiza neste momento. Esse processo vai significar a qualificação no atendimento para mais de 6 milhões de pessoas em 317 municípios gaúchos. Será ainda um vetor de desenvolvimento econômico e, consequentemente, de desenvolvimento social", disse Ranolfo Vieira Júnior, governador do Rio Grande do Sul.

"O leilão é mais um passo importante para a modernização e expansão da companhia, que além de beneficiar a população, vai impactar a economia da região, gerando empregos e renda a milhares de brasileiros. Agradecemos ao governo do Rio Grande do Sul pela iniciativa e confiança ao escolher a B3 para a realização desse projeto. Deixo aqui nosso agradecimento especial também ao time do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem atuado de forma decisiva para a agenda das desestatizações em nosso país", comentou Gilson Finkelsztain, CEO da B3.

Aegea

Criada em 2010, a Aegea se intitula líder no setor privado de saneamento básico no Brasil -- tratamento e distribuição de água e em coleta e tratamento de esgoto. Atua em 154 municípios, de Norte a Sul do país. A Aegea registrou receita líquida de R$ 948,7 milhões no terceiro trimestre de 2022, um aumento de 21,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O EBITDA atingiu R$ 644,3 milhões no período, um crescimento de 35,6%, enquanto a margem EBITDA consolidada alcançou 67,9%, um aumento de 7,0% sobre o terceiro trimestre de 2021.

Nos nove primeiros meses do ano, a Aegea obteve EBITDA de R$ 1,8 bilhão, um crescimento de 46,2% em relação ao mesmo período do último ano, e receita líquida de R$ 2,7 bilhões, 27,5% acima dos nove meses iniciais de 2021.

Amazon faz acordo com Europa para permitir concorrência

Gigante norte-americana enfrentava 2 investigações na Comissão Europeia

A Amazon, maior varejista do mundo, se comprometeu a fazer mudanças em suas práticas no mercado de comércio eletrônico (marketplace) em resposta às preocupações de concorrência da Comissão Europeia, disse Margrethe Vestager, vice-presidente executiva da Comissão, ontem. Duas investigações foram abertas sobre as práticas de negócios da Amazon há dois anos.

Vestager, que é também a comissária para a concorrência, disse em comunicado que as áreas abrangidas pelos compromissos da Amazon incluem a utilização de dados, a condição de acesso à sua Buy Box para vendedores independentes e às condições de acesso ao programa Amazon Prime para vendedores.

"Quando se trata de dados, a Amazon se absterá de usar dados não públicos de vendedores em benefício de suas operações de varejo", disse Vestager. Isso significa que os funcionários e as ferramentas algorítmicas da Amazon serão impedidos de usar dados não públicos de vendedores independentes para tomar suas próprias decisões de negócios. Esta era uma das principais críticas, pois a gigante norte-americana estaria utilizando dados de vendedores que utilizam seu market place para favorecer seus próprios produtos.

As condições de acesso ao programa Amazon Prime para vendedores independentes sofrerão uma série de alterações, que incluem critérios não discriminatórios para vendedores que usam transportadoras independentes para entregas Prime, a possibilidade de os vendedores escolherem a transportadora de sua preferência; não utilizar dados de outras operadoras; e contato direto entre transportadoras e clientes finais.

INSTITUTO TÉCNICO DESPORTIVO ATITUDE - CNPJ 28.557.412/0001-46
EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Instituto Técnico Desportivo Atitude, convoca todos os membros, Diretores e sócios para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que se realizará no dia 05 de janeiro de 2023, em sua sede social na Avenida Presidente Vargas, 590 – sala 1302 – Centro - Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20071-000 às 20:00 (vinte horas) em primeira convocação e às 20:30 (vinte horas e trinta minutos) em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 – Aprovação das contas do exercício de 2022 e parecer do Conselho Fiscal. 2 – Inclusão de Atividades. 3 – Reforma do Estatuto 4 – Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2022

Instituto Técnico Desportivo Atitude
Flavio Pereira Serra
Presidente

TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.600.854/0001-34 - NIRE 33.300.260.528

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022. DATA, HORA E LOCAL: 12 de dezembro de 2022, às 16h00. Devido à importância e urgência do assunto constante da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 17 do Estatuto Social da TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("Companhia"). **PRESENÇAS:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia com a presença dos Srs. Alberto Mario Griselli, Biagio Murciano e Lorenzo Canu, e da Sra. Michela Mossini. **MESA:** Sr. Alberto Mario Griselli – Presidente; e Sra. Fabiane Reschke – Secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **Aprovaram** com fundamento no Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de **R$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais)**, a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), aos acionistas da Companhia. O pagamento ocorrerá até o dia **24 de janeiro de 2023**, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária e serão retidos 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, por ocasião do crédito de JSCP, sujeito ainda à variação decorrente de eventuais mudanças no valor de JSCP por ação, a ser distribuído pela sociedade controlada pela Companhia, TIM S.A. **ESCLARECIMENTOS E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 12 de dezembro de 2022. **FABIANE RESCHKE -** Secretária da Mesa. Jucerja nº 00005211799, em 16/12/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

CENTRON - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA.
CNPJ/ME n° 02.864.097/0001-06 - NIRE 33.207.309.270
Edital de Convocação

Ficam os Sócios da **CENTRON - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA.** convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada, em primeira convocação, nesta cidade, na Praia de Botafogo, nº 228, salas 1004 a 1008, Bairro Botafogo, CEP 22250-040, às 10h do dia 03 de janeiro de 2023 para deliberarem sobre (i) a abertura de 1 (uma) filial da Sociedade; e (ii) a alteração do endereço de 1 (uma) filial da Sociedade. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022. **Felipe da Silva Guimarães -** Diretor sem Designação Específica.

CONCESSÃO DE LICENÇA

DE MILLUS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, empresa com estabelecimento na Av. Brasil, nº 13.500, Penha, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.115.817/0021-08, torna público que lhe foi concedida, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, em 01/12/2022, nos autos do processo administrativo nº 14/201.330/2007, a Licença Municipal de Recuperação e Operação - LMRO nº 000157/2022, com validade até 01/12/2027, para as atividades de "Fabricação de Artigos de Vestuário, com operações de Preparação, Tecelagem, Tingimento e Estamparia de Produtos Têxteis e Confecção, com gerenciamento de área contaminada - Monitoramento de área com histórico de Contaminação", realizadas na Avenida Brasil, 13.500, Penha, na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS

Na qualidade de administrador da sociedade empresária limitada **SANTA CRUZ 1439 POINT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, CNPJ nº 37.882.857/0001-92, convoco todos os seus respectivos sócios para a Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer no dia **11 de janeiro de 2023**, às **10:00h**, a ser realizada virtualmente por meio da seguinte plataforma: Microsoft Teams através do link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mzc2M2RjZmQtNGNiMi00MGEwLThkMTktMDMxNzllYjlmM2Uy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2264a9fd7b-e5ca-4f07-ba0d-8e61f236b0e0%22%2c%22Oid%22%3a%22201b1489-5577-43db-990e-9c960b4230eb%22%7d. A assembleia versará sobre os seguintes pontos: 1. Venda das cotas dos sócios; 2. Dissolução da sociedade; 3. Débitos existentes na sociedade; 4. Execuções fiscais e penhoras realizadas; 5. Contrato de locação; 6. Prestação de contas; 7. Acordos Trabalhistas; 8. Atividades exercidas pela administração de fato (Sr. Gustavo e Sr. Max); 9. Dívidas trabalhistas oriundas da sucessão empresarial; 10. Outras deliberações. Em obediência ao Art. 1.074 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), a Assembleia Geral instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os Sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Este instrumento deverá ser levado a registro juntamente com a ata da respectiva Assembleia Geral. Contando com a presença e a participação de V. Sas., subscrevo-me.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022
Henrique Fraga do Nascimento

EDITAL

Pelo presente edital, nos termos dos artigos 1º, 6º e 8º inciso II do Estatuto, ficam convocados os empregados das Categorias Profissionais, representadas pelo **Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro - Sindaut –CNPJ nº 27.903.715.0001.00,** a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no **dia 27 de dezembro de 2022 (terça-feira) às 15:00hs** em primeira convocação ou ás 15:30hs em segunda e última convocação na sede do Sindicato na Rua André Cavalcante, 128 – Bairro de Fátima – Rio de Janeiro/RJ, com a categoria para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Aprovação da Pauta Reivindicatória da Data-Base 2023/2024; b) Autorização dos empregados para o Sindicato instaurar Dissídio Coletivo ou assinar Convenção Coletiva; c) Autorização da categoria para descontar Contribuição Social em favor do Sindicato; d) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022.

Fernando Bandeira – Presidente.

AMÉRICAS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS S.A.
CNPJ nº 01.223.522/0001-15
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A **AMÉRICAS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS S.A.,** sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.223.522/0001-15, vem, diante da ausência de administradores atualmente empossados, por meio de sua acionista controladora, ROCK IN RIO CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.135.283/0001-41, representada por seus administradores Lionel Chulam e Alcides Morales Filho, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 29 de dezembro de 2022, às 11h00min, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, pela qual poderão participar e votar, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(I) Em regime de Assembleia Geral Ordinária: (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; **(b)** deliberar quanto à alteração do Estatuto Social, com a extinção do Conselho de Administração e reestruturação da Diretoria, para que seja composta por apenas 2 (dois) diretores, sem designação especial; e **(c)** eleger os membros da Diretoria; e **(II) Em regime de Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre **(a)** a redução do capital social, para compensação dos prejuízos acumulados da Companhia, na forma do artigo 173, da Lei das S.A., e **(b)** o subsequente aumento do capital social, mediante a emissão de novas ações. Nos termos do artigo 133, da Lei 6.404/1976, os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas estão postos à disposição dos acionistas, na sede da Companhia. Ainda, os acionistas que pretenderem participar da AGOE por meio da plataforma Microsoft Teams deverão enviar e-mail para societario@mzjc.com.br, solicitando suas credenciais de acesso e enviando, quando aplicável, toda a documentação necessária para a sua representação na AGOE. Por fim, a AGOE será integralmente gravada, de forma a viabilizar a identificação dos acionistas presentes e computar os votos proferidos.

THURAM - AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.875.671/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários. **A Administração.**

Balanço Patrimonial em 31/12/2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Ativo	**41.963.010,01**	**42.025.580,13**
Circulante:	**2.575.418,01**	**2.637.988,13**
Caixa e equivalentes de caixa	1.763,88	200,00
Adiantamento a sócios	2.573.654,13	2.637.788,13
Não circulante:	**39.387.592,00**	**39.387.592,00**
Imobilizado	39.387.592,00	39.387.592,00
Passivo	**2019**	**2018**
Circulante:	**1.286.087,86**	**1.267.622,34**
Impostos e contribuições	189.379,15	173.913,63
Adiantamento de clientes	**1.096.708,71**	**1.093.708,71**
Patrimônio Líquido:	**40.676.922,15**	**40.757.957,79**
Capital Social	39.387.792,00	39.387.792,00
Lucros acumulados	1.289.130,15	1.370.165,79
Total do passivo e patrimônio líquido	**41.963.010,01**	**42.025.580,13**

Demonstrações de Resultados em 31/12/2019 e 2018 (Em reais)

Receita das atividades	**2019**	**2018**
Receita de parceria agropecuária	-	617.990,94
(-) Deduções das receitas	-	(22.556,67)
Receita líquida das atividades	**-**	**595.434,27**
Lucro Bruto	**-**	**595.434,27**
Despesas operacionais	**(65.570,12)**	**(64.134,00)**
(-) Despesas tributárias	(64.712,00)	(64.134,00)
(-) Despesas gerais	(858,12)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(65.570,12)**	**531.300,27**
Resultado financeiro	**(15.465,52)**	**(12.448,77)**
(-) Despesas financeiras	(15.465,52)	(12.448,77)
Resultado antes das despesas com tributos sobre o lucro	**(81.035,64)**	**518.851,50**
(-) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	-	(7.415,89)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	(6.674,30)
Lucro líquido do exercício	**(81.035,64)**	**504.761,31**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 01/01/2018	33.333.533,00	865.404,48	34.198.937,48
Integralização de capital	6.054.259,00	-	6.054.259,00
Lucro do exercício	-	504.761,31	504.761,31
Saldos em 31/12/2018	**39.387.792,00**	**1.370.165,79**	**40.757.957,79**
Prejuízo do exercício	-	(81.035,64)	(81.035,64)
Saldos em 31/12/2019	39.387.792,00	1.289.130,15	40.676.922,15

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2019 e 2018 (Em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	**(81.035,64)**	**504.761,31**
Adiantamento à sócios	64.134,00	64.134,00
Impostos e contribuições	15.465,52	49.095,63
Adiantamento de clientes	3.000,00	(617.990,94)
Caixa líquido das atividades operacionais	**82.599,52**	**(504.761,31)**
Fluxo de caixa (aplicado) gerado no exercício	**1.563,88**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	200,00	200,00
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	1.763,88	200,00
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.563,88**	**-**

THURAM-AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A. - Marjorie Arias - Diretora Presidente - CRC-RJ 05803 CPF: 400.817.377-34.
HUMAITAX CONTADORES EMPRESARIAIS LTDA - Antonio Paulo C. Nogueira - Contador - CRC-RJ 070904/O-6.